

---

Vera França e Raquel Dornelas

## **O *black bloc* na mídia: embates discursivos na luta pela construção do simbólico**

---

### **Aviso**

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

**revues.org**

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

---

### Referência eletrónica

Vera França e Raquel Dornelas, « O *black bloc* na mídia: embates discursivos na luta pela construção do simbólico », *Comunicação Pública* [Online], Vol.11 nº 20 | 2016, posto online no dia 30 Junho 2016, consultado o 16 Setembro 2016. URL : <http://cp.revues.org/1146> ; DOI : 10.4000/cp.1146

Editor: Escola Superior de Comunicação Social

<http://cp.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em:

<http://cp.revues.org/1146>

Documento gerado automaticamente no dia 16 Setembro 2016. A paginação não corresponde à paginação da edição em papel.

Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Vera França e Raquel Dornelas

# O *black bloc* na mídia: embates discursivos na luta pela construção do simbólico

## Introdução

- 1 No fim do primeiro semestre de 2013, uma onda de protestos começou a tomar conta do Brasil. Concentradas no período de realização da Copa das Confederações, as chamadas “Jornadas de Junho” reuniram uma multidão predominantemente jovem em mais de 300 cidades do país. A luta pela revogação do aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo foi o ponto de partida dos protestos, mas as manifestações ganharam uma pauta de reivindicações quase tão grande quanto o número de pessoas que foram às ruas.
- 2 A imensidão do movimento e a intensa mobilização suscitada causaram surpresa em todo o país e até mesmo no restante do mundo; provocaram dúvidas, discussões e uma intensa cobertura jornalística. Nos diferentes veículos, direcionados aos mais diversos segmentos, jornalistas e cientistas sociais se empenharam na tarefa de tentar desvendar o significado do que estava acontecendo, criando aproximações com movimentos semelhantes em outros países (como a Primavera Árabe, que começou em 2010, e o Occupy Wall Street e o 15M espanhol, ambos iniciados em 2011).
- 3 Nesse contexto, quer no pico das manifestações quer nas ações pontuais posteriores, um fato chamou a atenção: um grupo passou a se destacar em meio aos manifestantes por protagonizar episódios de depredação e sérios confrontos com as forças policiais do Estado, sempre ao fim dos protestos. A princípio, não se sabia muito a respeito deles. Não se tinha ideia do que queriam aquelas pessoas com rostos encobertos e vestimentas pretas, destruindo concessionárias de veículos, agências bancárias, lojas de empresas de telefonia e fachadas de prédios governamentais. Mas logo chegou à cena pública a explicação de que a maior parte delas não agia de forma aleatória: suas intervenções tinham alvos bem definidos – ícones do universo financeiro – e constituíam uma maneira simbólica de demonstrar oposição ao capitalismo. O fato de as intervenções também atingirem bens públicos (lixeiros, prédios administrativos municipais, estaduais e federais, placas de sinalização) era uma clara demonstração de insatisfação com as instâncias governamentais vigentes.
- 4 Tais intervenções foram protagonizadas pelos adeptos de uma tática de ação direta denominada “*black bloc*” [do inglês, bloco negro]. Não se trata de um movimento, mas de uma maneira de agir coletivamente. Os grupos que dela se utilizam estão espalhados por inúmeros países. Agem prioritariamente vestidos de preto e com os rostos cobertos, para evitar identificações e possíveis repressões por parte da força policial, bem como para conferir unidade aos adeptos.
- 5 Apesar de não constituírem um grupo propriamente dito, é possível identificar certa predominância no pensamento político dos adeptos à tática, como os traços de horizontalismo e auto-organização. De fato, a maior parte dos adeptos ao *black bloc* compartilha ideais de uma sociedade mais livre e igualitária. Muitos dos que praticam esta modalidade de ação realizam uma crítica radical ao sistema político-econômico ocidental, defendem a plena igualdade e se inserem em uma perspectiva anarquista, anticapitalismo e antiglobalização, ou então se alimentam dos principais ideais que sustentam essas posturas. Para a maioria desses ativistas, o sistema capitalista gera exploração e é responsável pelas mazelas atuais do mundo. Já o Estado é encarado como uma figura opressora, que auxilia as corporações e está submetido às regras e à coerção do capital. Um dos participantes de atos ocorridos no Canadá justifica essa motivação:

Convictos que somos vítimas crônicas da injustiça flagrante do capitalismo, que domina, mata, massacra, estupra, reduz à escravidão... [...] Convictos de que o Estado não foi jamais outra coisa além do gestor dos conflitos de classe, quer através da sua polícia [...] ou pelas suas técnicas de

gestão da pobreza e da miséria... [...] Nós anarquistas (nem todos destruidores e destruidoras apesar de tudo!), revoltados, ou muito simplesmente cidadãos responsáveis, quebramos tudo no nosso caminho. E logo de manhã varremos os pedaços de vidro e as mercadorias que transformamos em projéteis, dando-lhes utilidade pelo menos uma vez, sendo também as ruínas da opressão que serão assim varridas (Ludd, 2002: 137).

- 6 No Brasil, a ação direta *black bloc* suscitou um intenso debate dentro e fora do ambiente midiático sobre como classificar tais intervenções. Por um lado, a maioria das falas rotulou as ações como “baderna”, “arruaça” e responsáveis por transformar nossas cidades em “verdadeiras praças de guerra”. Em praticamente todas as ocasiões nas quais esses grupos agiam, a cobertura jornalística de massa recorreu a uma frase que acabou se tornando clichê: “os protestos de hoje começaram pacíficos, mas terminaram em pancadaria e depredação, provocadas por uma minoria de vândalos”. Estava assim lançado o dualismo que tomou conta de quase todos os relatos sobre o acontecimento: manifestantes pacíficos e vândalos.
- 7 Na contramão desse argumento, houve quem defendesse a tese de que o grande vândalo seria o próprio Estado brasileiro, responsável por uma polícia sanguinária, e abusiva e incapaz de prover a população de serviços públicos de boa qualidade. Buscando se contrapor às rotulações recebidas, os autores da prática tentavam encontrar espaço para explicar o sentido simbólico de suas intervenções: as ações diretas seriam um ato político e não uma pura e simples depredação.
- 8 A coexistência de quadros de sentidos desiguais deu origem ao embate discursivo. Na confrontação de pontos de vista, as categorizações e os enquadramentos agiram na linha da frente da batalha por significações. Esse embate evidenciou claramente as tentativas de detenção de um tipo específico de poder: a luta pelo direito de responder aos questionamentos impostos pelo aparecimento da tática se traduziu também na luta pelo discurso legitimado e, conseqüentemente, pelo poder simbólico.

## 1. Poder simbólico

- 9 A expressão “poder simbólico” refere-se ao poder que se encontra no âmbito das significações. Ele age na dimensão dos sentidos, na definição do nosso mundo social. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, um dos principais nomes a levantar tal discussão, define a expressão da seguinte forma:

O poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo o que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização (Bourdieu, 2012: 14).

- 10 O poder simbólico faz os sujeitos crerem. Torna os significados do mundo legítimos. Impõe uma visão de vida. Por isso mesmo, pode ser utilizado como um instrumento de dominação (e frequentemente acaba sendo). Sendo assim, Bourdieu explica que os sistemas simbólicos podem exercer uma função política: a de integração social.
- 11 Em outras palavras, estamos falando de uma ferramenta que torna possível o compartilhamento de uma visão do mundo social e a reprodução de uma ordem estabelecida (ou a formatação de uma nova). O poder simbólico, portanto, age na dimensão da *doxa*, termo grego que se refere aos juízos naturalizados por uma maioria. Ou, como Bourdieu bem nomeia, o indiscutível, o que já está dado. Dessa forma, o poder simbólico age sem que se perceba que ele esteja agindo. Ele promove um sentido sobre o mundo sem que esse mesmo mundo se dê conta de que sustenta tal concordância. Ele só é reconhecido por ser completamente ignorado, tido como natural, visto como óbvio. Ele é, portanto, da ordem do arbitrário.
- 12 Bourdieu explica que a destituição do poder simbólico somente será possível a partir da “tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e aniquilamento da crença” (2012: 15). É preciso lembrar aos sujeitos que existe, sim, uma concordância. Porém, é mais do que isso: é necessário revelar que se trata de uma concordância construída, e que essa rede de sentidos integrados não existe desde sempre, mas que foi estabelecida social e historicamente, podendo ser perfeitamente discutida e até mesmo modificada.

- 13 Em função dessa possibilidade, os sistemas simbólicos podem se tornar palco de lutas de grupos que desejam tomar posse ou quebrar o poder vigente de definição do mundo social. Mas como isso ocorre, afinal?
- 14 Uma das ferramentas da luta simbólica ocorre no nível da legitimação dos grupos dentro de um campo<sup>1</sup>. Para colocar os significados instituídos em xeque, é preciso, antes, colocar à prova quem emite tais significados. Assim, a luta simbólica passa antes pela luta por legitimação dos lados que disputam o papel de dar sentido ao mundo. O espaço pelo direito de fazer crer é também um espaço de luta pela validação dos grupos que disputam tal ofício dentro do campo. Ao defender seus sistemas simbólicos, os grupos defendem uma posição legítima para ter o direito de definir o que está em jogo. Assim, a luta simbólica anda lado a lado com uma luta por legitimidade, bem como pela deslegitimação de grupos opostos.
- 15 Os integrantes de um campo podem até se esforçar para afirmar e reafirmar sua legitimidade, mas este exercício apenas não é suficiente. Para ser considerado legítimo, um grupo proferidor de sentidos precisa conquistar credibilidade que lhe dê o direito de proferir os enunciados que constituem os significados do mundo. O detentor do poder simbólico precisa, assim, gozar de certa reputação:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá, àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. *Credere*, diz Benveniste, ‘é literalmente colocar o *kred*, quer dizer a potência mágica, num ser de que se espera proteção, por conseguinte, crer nele’. O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-o-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do credo, da crença da obediência, que parece produzir o credo, a crença, a obediência (Bourdieu, 2012: 188).

- 16 Assim, o poder simbólico está intimamente ligado à confiança, à crença que sujeitos dispensam em outros sujeitos. Isso nos leva a entender como este tipo de poderio é da ordem da relação. Ele não está *a priori* no sistema simbólico, mas se inscreve na trama que se estabelece entre quem profere esses discursos e aqueles que os acatam. Embora vejamos na perspectiva de Bourdieu um certo descaso para com a força constituidora da própria linguagem [“O que faz o poder das palavras [...] é a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (2012: 15)], tratando enunciados como ferramentas dóceis nas mãos do enunciador, é necessário ressaltar a importância e o papel do simbólico (da linguagem) na constituição da relação, bem como no fortalecimento das posições ocupadas pelo sujeito (e dessas posições com relação à ordem do mundo).
- 17 Dessa maneira, a luta pelo poder simbólico pode ser identificada tanto no empenho e na disputa dos grupos para ocupar “lugares de fala” como nos discursos proferidos, que visam se contrapor aos sentidos dominantes e instituir outras redes de significação – o que torna o espaço midiático, ou a produção discursiva que circula através dos meios, um lugar privilegiado de análise.

### 1.1 O jornalismo como campo legitimado para nomear

- 18 O poder simbólico se mantém vivo por meio de um tipo específico de capital – chamado também de simbólico. Possuir essa moeda valiosa é ter a propriedade de fornecer sentidos ao mundo. Berger explica qual campo, segundo seu ponto de vista, detém preferencialmente esse tipo de capital:

A nossa hipótese é que o campo do jornalismo detém, privilegiadamente, o capital simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer. O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está sendo constantemente testada, através de pesquisa, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se firmar, sem, no entanto, nomear-se, com o tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os ‘efeitos de verdade’, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (Berger, 2003: 21-22).

- 19 Sendo uma das esferas mais importantes de fornecimento de sentidos, o jornalismo promove uma perspectiva de leitura própria dos acontecimentos do mundo. Tal leitura obedece a uma

série de normas, modos de fazer e características que são típicos da forma jornalística de falar. Não é nossa intenção explicar como é essa prática da imprensa, mas é importante entendermos alguns aspectos do manejo do capital simbólico e procedimentos que o jornalismo realiza para fornecer sua visão dos acontecimentos.

20 Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, ao narrar um acontecimento, o jornalismo tenta fazê-lo sob uma égide de objetividade<sup>2</sup>. A ideia de objetividade nesse campo está ligada a um relato verossímil dos fatos, orientando uma visão de mundo “tal qual ele é”. Sabemos que se trata de uma perspectiva ingênua porque todo relato é sempre uma constituição, uma mediação do mundo feita pela linguagem. Apesar disso, ainda paira sobre o fazer da imprensa uma aura de imparcialidade; de estar plena e exclusivamente a serviço do interesse público. O ofício do jornalista é, muitas vezes, assumido como um trabalho cidadão.

21 Outra condição que marca a prática jornalística é o senso de urgência. Na pressa para fechar o jornal diário, na ânsia por dar o “furo” mais rápido que o portal de notícias concorrente, os jornalistas recorrem aos *fast-thinkers* (pensadores rápidos): especialistas que evocam sentidos já cristalizados, de fácil assimilação pelo grande público – o que Bourdieu denomina “ideias feitas”. A recorrência a essas ideias dos *fast-thinkers* ocorre em detrimento de novas fontes que poderiam problematizar ou desconstruir os sentidos cristalizados – o que é ainda menos comum quando ocorrem acontecimentos inesperados. Nestes casos, a urgência da profissão dificulta a busca por novas leituras. Na pressa, o profissional acaba incluindo lugares-comuns nas matérias, que são difundidos pela maior parte dos especialistas. Nessa tarefa, muitas vezes precipitada, a imprensa convoca sentidos rasos e o jornalismo acaba por legitimar algumas significações estereotipadas.

22 Ao evocar as ideias feitas dos especialistas, os jornalistas realizam um trabalho de nomeação dos acontecimentos. De acordo com Christa Berger,

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não (Berger, 2003: 22).

23 O jornalismo categoriza os fatos do mundo, fornece uma identidade para os acontecimentos que ocorrem ao nosso redor. Muitas vezes, podemos corroborar com essas identidades, principalmente quando não temos condições de presenciar o fato ou formular por conta própria nossa opinião a respeito dele. Retornando ao pensamento de Pierre Bourdieu, vamos entender como o ato de nomear é um importante braço do poder simbólico. O sociólogo francês destaca que este poder é “um poder de fazer coisas com palavras”. Em outras palavras, “a descrição faz as coisas” (Bourdieu, 1990: 167). Descrever, classificar e dar nome a um fenômeno orienta o significado do próprio fenômeno, e o traz à existência – uma existência não mais da dimensão do sensível, mas sim do inteligível. Classificações diferentes fornecem existências diferentes para pessoas, objetos, eventos:

De facto, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer. [...] Não é por acaso que *katègorein* de que vêm as nossas categorias e os nossos categoremias, significa *acusar publicamente*. Compreende-se que uma das formas elementares do poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase *mágico* de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação (Bourdieu, 2012: 142, grifo do autor).

24 Foi nesse sentido que as nomeações, classificações ou categorizações ganharam tanta importância na disputa de sentido sobre a tática *black bloc*. Ao dizer que um ato é violência, vandalismo, fascismo, quebra-quebra ou baderna, acabamos enquadrando-o em um determinado lugar socialmente aceito e que goza de significados coletivamente compartilhados. Mas, se dissermos que essa mesma tática é uma performance política, uma reação, uma resistência ou uma atitude de proteção, deslocamos sentidos e acionamos outros valores, suscitando novos posicionamentos dos sujeitos.

25 Portanto, categorizar e nomear são algumas das ações responsáveis por nutrir o campo das significações, o terreno das representações – exercem função de verdadeiras armas simbólicas. As classificações ajudam a conformar uma prática, um comportamento, ideias ou simbologias imagéticas sob determinado rótulo, por meio de um modo específico de expressão. Para Stuart Hall (1997) é justamente a linguagem o mecanismo capaz de produzir os significados, que, por sua vez, estão ancorados em representações. Se tal expressão está associada à forma como o mundo para nós se apresenta [ou, por meio do nosso trabalho linguístico, se representa], a representação está ancorada em alicerces discursivos.

26 Por isso mesmo, os grupos protagonistas do embate simbólico acionaram representações – e discursos – como instrumento de luta pelo simbólico. Os atores sociais incorporaram significados à tática *black bloc*, utilizando-os como insumo para suas lutas. Para alcançar essa disputa no nível do simbólico, é preciso, portanto, olhar para as inscrições textuais e analisar os discursos que a alicerçam, pois estes traduzem posturas, ideologias e visões de mundo – pilares que fomentam o âmbito do poder simbólico.

27 Porém, antes de analisarmos os discursos, é preciso esclarecer de que maneira estamos tratando este conceito. Em linhas gerais, “discurso” é um sistema que rege enunciados e que torna possível a institucionalização de sentidos. Assim, temos um discurso que é próprio da Medicina, outro do Direito, outro da Psicologia. Também podemos falar de um discurso racista, ou de um discurso feminista – cada qual com sua rede de enunciados particulares. Apesar de possuir uma lógica própria, o discurso não é algo fechado em si. Trata-se de uma esfera em aberto, em constante mutação e em diálogo com diversos outros discursos, como explica Michel Foucault: “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (Foucault, 2001: 52). Portanto, antes de se institucionalizarem, os discursos passam por um processo de formação, com múltiplas influências.

28 Um dos autores que mais trabalham esse caráter dialógico do discurso é o linguista russo Mikhail Bakhtin. O autor explica que nossas vozes são atravessadas por outras, múltiplas, em uma teia enunciativa cujas fronteiras são difíceis de ser delimitadas. O discurso não nasce, então, no subjetivismo do locutor, mas manifesta-se no momento da interação e é perpassado por uma polissemia discursiva – um emaranhado de sentidos em disputa.

Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social (Bakhtin, 1979: 103).

29 Sendo social e arena de embate, o discurso se apresenta também como ideológico. Para obter coesão e coerência, uma formação discursiva tenta encobrir certos enunciados, certas unidades de sentido. Tal processo privilegia alguns pontos de vista e exclui outros. E a predominância ou não de uma formação discursiva depende de “um conjunto de condições de existências” (Foucault, 2009: 135). Ou seja, o discurso se consolida em um jogo de evidências e exclusões, a partir de interesses e contextos. Portanto, o objeto que ele diz representar não é algo absoluto, uma verdade inquestionável, mas sim um imaginário. O discurso é uma validação. Possui uma historicidade e uma temporalidade. É próprio de uma época e emerge em função de algumas condições contextuais.

30 Nesta perspectiva, Foucault propõe um exercício ousado: ele nos convida a observar a ordem do discurso, ou seja, a buscar seus processos de fundação, produção, distribuição e validação. Enquanto a epistemologia clássica procura saber qual a ordem das coisas, Foucault propõe saber que ordem estabeleceu a ordem aceita – em outras palavras, quais foram as condições que possibilitaram a determinado discurso ser consagrado, dentro de todas as possibilidades. Por isso mesmo, o autor propõe a metáfora da arqueologia: é preciso escavar, sair da superfície, pois nela não encontraríamos todos os indícios reunidos e necessários.

31 Assim, para entendermos o discurso da Medicina, por exemplo, não é suficiente olharmos apenas o que regem os saberes dos profissionais ou dos livros. É preciso olhar para os discursos perpassantes, fundadores, influenciadores do saber médico. É preciso olhar para as zonas lacunares e residuais de um discurso que já se cristalizou:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciados exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar porque não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionando a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (Foucault, 2009: 31).

32 Para se manter, a vontade de verdade de um discurso surge como sistema de exclusão, que faz, por um lado, com que ele dite o que é verdadeiro ou não. Por outro, exclui os enunciados que tentam colocá-lo em questão. Neste cenário, são estabelecidas regras de uma verdadeira “polícia discursiva”, com sua lógica, suas regras e suas imposições:

Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis (Foucault, 2001: 37).

33 Michel de Certeau (2000) pontua uma questão semelhante. De acordo com o historiador francês, a modernidade decretou o fim do Locutor Autorizado (Deus). Como a religião não é mais a detentora do poder de dar sentido ao mundo, outros locutores privilegiados tomaram a frente. Por sua vez, os não autorizados apenas murmuram. Como não têm lugar e espaço, a estes últimos cabe agir por meio da tática. O lugar da tática é o lugar da fala não legitimada.

34 Como já dissemos anteriormente, é impossível negar que o discurso midiático, especialmente o jornalístico, é um dos locutores autorizados da contemporaneidade. E, assim sendo, ocupa também um lugar de difusor de verdades, especialmente pelas promessas de isenção e objetividade que apregoa. Portanto, os grupos que se encontram fora do espaço da chamada mídia tradicional precisam lutar pela possibilidade de proferir seu discurso, pois é este que alicerça as representações que regem uma determinada visão de mundo. Encontrar espaço e apregoar seu discurso é entrar na disputa pelo poder simbólico, na luta para deslocar representações dominantes e disseminar outros sentidos.

35 Como explica Bourdieu, se o poder é simbólico, ele está localizado na ordem das representações e no âmbito dos discursos. Conforme já dissemos, é possível identificar essa “arma simbólica” na mão dos grupos em uma disputa de sentido justamente através da análise dos discursos que ancoram tais representações, revelando como eles traduzem posturas, ideologias e modos de vida, assim como nos mostraram Bakhtin e Foucault.

36 E é justamente este o exercício que tentaremos realizar a seguir: identificar a arma simbólica [a teia de representações] presente na batalha acerca de como fornecer sentido à tática *black bloc* para tentarmos visualizar o embate no âmbito simbólico – o grande palco da disputa de sentidos.

## 2. Uma tática, diversas categorizações

37 Certamente, a ação *black bloc* foi e é sempre um prato cheio para os holofotes midiáticos. De fato, os ativistas já vão às ruas sabendo que atrairão o interesse jornalístico. Apesar de se apropriarem do espaço noticioso para difundirem suas performances, a relação entre ativistas *black bloc* e imprensa sempre perpassou o viés do conflito. Desde os atos mais antigos, os adeptos à tática acusam a cobertura jornalística de massa de esvaziar a pluralidade dos protestos e de tentar rotular a diversidade de manifestantes em poucas e rasas categorias. O seguinte depoimento foi feito por participantes do bloco negro em protesto contra a Alca, no Canadá, em 2001:

O esforço da mídia consiste em denunciar aquilo que ainda não aconteceu, em nomear os ‘maus’... [...] Ocultando a fonte do problema: o capitalismo. Sempre demagógica e ávida por informações, a imprensa, com seu sabor de atualidade espetacular, fala do Encontro sem parar de repetir a verborragia das forças policiais e de modo a nos intimidar. É uma verdadeira operação psicológica. [...] Assim, nós o aconselhamos a não acreditar nesses jornais sem pesquisar: o espírito crítico certamente continua sendo um valor. Deve-se examinar por si mesmo para conhecer a verdade (Ludd, 2002: 133).

38 Também no Brasil os ativistas comungam com essa crítica radical ao jornalismo e enxergam nos relatos da imprensa apenas manipulação e distorção dos fatos. Prova disso foram os

inúmeros ataques a automóveis e a fachadas de sedes de emissoras ocorridos durante as Jornadas de Junho. Não foi à toa que muitos repórteres foram às ruas sem identificação nos microfones, gravadores ou crachás profissionais, com medo de sofrerem represálias por parte do bloco negro.

39 Não é aleatório, portanto, que a disputa de sentido tenha sido emblemática na esfera midiática, onde, de um lado, o discurso de criminalização da tática ganhava força, e, por outro, ativistas tentavam se defender e complexificar seus atos.

40 Apanhar essa disputa de sentido foi um grande desafio para nossa pesquisa (aliás, como o é hoje trabalhar o espaço da mídia, tão diversificado, cruzado e complexo que ele se constitui). Como observar grupos e sujeitos sociais enunciando suas falas, e discursos se entrecruzando? Certamente não acharíamos esse entrecruzamento selecionando e acompanhando sistematicamente um ou dois veículos, e seria impossível acompanhar tudo. Optamos então por uma adaptação daquilo que os antropólogos nomeiam “etnografia multissituada”. O termo, cunhado por Marcus e Fischer (1999), pode ser entendido como uma combinação de ferramentas, incluindo observação, entrevista e coleta de materiais, que se distingue do instrumental clássico, por buscar investigar características, conexões e relações entre diferentes grupos localizados em diferentes locais. No nosso caso, procedemos a uma abordagem metodológica que nomeamos “tática de escuta aleatória intensa”, coletando enunciados dos grandes veículos de comunicação, bem como fragmentos discursivos que circularam pela internet. Através da *web*, buscamos acompanhar o máximo de publicações (em portais dos grandes jornais, em sites específicos, em redes sociais) e coletar o que conseguíamos. Evidentemente, não alcançamos uma sistematicidade em termos de número de materiais ou veículos, mas antes uma dinâmica de “conversas” entabuladas pela imprensa e pela mídia informal em torno desse debate.

41 Como toda técnica de coleta, essa dinâmica tem limitações, mas nos pareceu a mais próxima possível da “escuta” ordinária de qualquer pessoa interessada em um assunto e que, em seu dia a dia, capta elementos informativos de natureza diversa e é interceptada por estes. O volume coletado foi imenso, e foi recortado e trabalhado agrupando falas em torno de acontecimentos (momentos marcantes nos bojos das diferentes manifestações que se sucediam). De posse destes momentos nucleadores, tentamos reconstruir as narrativas centrais, tratando-as como um recurso metodológico: como os fatos marcantes foram enquadrados? Como os novos elementos inseridos reorganizaram os quadros de sentido do acontecimento? Essas foram algumas das perguntas a que buscamos responder.

42 Menos do que elencar um recorte rígido, optamos por coletar fragmentos de diversas fontes e de diversos períodos, a fim de encontrar um mosaico de enunciados, um panorama da disputa simbólica que poderia nos ajudar a compreender as redes de sentido que se cruzaram no compartilhamento das opiniões (explícitas e implícitas) presentes no embate em questão.

43 Para fins deste artigo, selecionamos dois episódios que nos pareceram emblemáticos da dinâmica agonística tomada pelos proferimentos e pela busca do poder de nomear e explicar o que estava acontecendo – pelas representações. Para investigarmos esses fragmentos enunciativos como “pistas” da disputa pelo simbólico, foi necessária a intermediação da metodologia da análise do discurso, notadamente nos atos perlocutórios das falas, já que estes apontam para o objetivo político da enunciação, a atuação do sujeito, o exercício de seu papel social.

Se os atos locutórios acontecem sempre em situações sociais concretas e a interação do locutor/receptor é uma ação simbólica e social, a emissão de uma proposição linguística tem o sentido semântico interfaciado por intenções políticas, ideológicas, religiosas e pessoais. Porque se comunica, o sujeito, concomitantemente, realiza uma performance, representa papéis sociais, realiza atos perculotórios (Manhães, 2005: 313).

44 Portanto, observamos os textos inscritos em um discurso maior, os seus pressupostos implícitos e a relação texto/contexto. Destacamos quais enunciadores falavam, como se posicionavam diante dos fatos e qual formação discursiva era acionada.



- 45 Ao aplicar o método, trabalhamos com a compreensão de que a forma com a qual um grupo escolhe representar a tática pode ser entendida também como uma tentativa de dar sustentação a um discurso e de difundir papéis sociais e posturas ideológicas.
- 46 Sendo assim, a primeira ilustração da disputa de sentido que gostaríamos de mostrar é a capa da edição da revista *Veja* de agosto de 2013, e a consequente sátira idealizada pelos ativistas *black bloc*. Vejamos abaixo o *layout* original e a releitura que circulou pelo Facebook:



Figura 1: capa da revista *Veja* de 21 de agosto de 2013 e posterior releitura publicada anonimamente no Facebook.

- 47 A capa da *Veja* mostra uma ativista carioca, conhecida como Emma, com o dedo em riste e em primeiro plano. O fundo, totalmente vermelho, assemelha-se a um mar de sangue, e é possível visualizar a sombra de uma caveira ao lado da mão direita da garota. A manchete diz: “O bando dos caras tapadas: quem são os manifestantes do black bloc, que saem às ruas para quebrar tudo” (Veja, 2013:73).
- 48 Dois dias depois de a revista chegar às bancas, ativistas publicaram uma sátira da capa, trazendo, no lugar da jovem, a fotografia de um policial da tropa de elite carioca, revelando uma oposição às forças militares. Na manchete da releitura, o texto: “O bando dos caras tapadas: quem são os policiais da tropa de choque, que saem às ruas sem identificação para quebrar todos” (Black Bloc Brasil, 2013)<sup>3</sup>. O fundo vermelho e a sombra da caveira foram mantidos.
- 49 A disputa de sentido pode ser percebida quando os ativistas se apropriam de uma configuração visual e a desconstruem, tentando atribuir uma nova significação à capa da revista. A mesma categorização – “bando dos caras tapadas” – é utilizada agora para adjetivar a polícia militar e não mais os adeptos ao bloco negro.
- 50 A categorização assume um importante papel de enquadrar os fenômenos da realidade. Se Bourdieu nos explica que categorizar significa acusar publicamente, vemos como a mesma edição da *Veja* rotula a tática *black bloc* como crime, convocando uma tipificação que, automaticamente, julga e sentencia negativamente a prática.

Para eles e seus admiradores confessos – entre os quais professores universitários pagos com dinheiro público –, destruir uma ‘agência bancária a marretadas ou golpes de extintor de incêndio não é vandalismo, mas uma ação simbólica’, que, inserida na ‘estética da violência’, simularia a ‘ruína do capitalismo’. Embora haja uma definição mais precisa para isso – e ela pode ser *resumida na palavra crime...* (Veja, 2013: 78-79, grifo nosso)

- 51 Por outro lado, foi possível perceber o questionamento de sentidos instituídos, a problematização da *doxa*. Sujeitos sociais tentaram expor a existência do arbitrário (Bourdieu, 2012) e o fato de que as noções de verdades são construídas socialmente (Foucault, 2001). Vimos esforços para complexificar os sentidos instituídos e mostrar a vontade de verdade que

rege alguns discursos. Um ativista da cidade de São Paulo, entrevistado por nós via e-mail, declarou sobre os protestos de 2013 e 2014:

A mídia globo sionista, partidária dos opressores e das classes econômicas no poder cumpre o seu papel *manipulador* e debocha da ética profissional da neutralidade jornalística, levando o povo. Usa de termos como o vandalismo e nem explica a população quem foram os povos vândalos, *jogando com princípios da alienação* para aplicar a discórdia e fragmentar o movimento social (Anônimo, 2014, grifo nosso).<sup>4</sup>

- 52 Tanto a categorização da *Veja* quanto a fala do ativista mostram um artifício que esteve bastante presente na disputa de sentido: as tentativas de deslegitimação dos grupos opostos no embate simbólico, os esforços para obter ou arranhar a credibilidade de atores sociais.
- 53 Outro episódio emblemático da disputa de sentido ocorreu após a morte de Santiago Andrade, cinegrafista da *Rede Bandeirantes de Televisão*. Em 6 de fevereiro de 2014, o profissional captava imagens de um protesto na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Na praça bem localizada em frente à estação ferroviária, um rojão disparado em meio ao tumulto atingiu e matou Andrade.
- 54 Os manifestantes Caio de Souza e Fábio Raposo, apontados como responsáveis pelo disparo, foram automaticamente categorizados como adeptos à tática *black bloc*, por estarem com os rostos cobertos. O embate simbólico que vinha se desdobrando desde as Jornadas de Junho do ano anterior tomou uma guinada em fevereiro de 2014, com a morte do cinegrafista.
- 55 O jornal *Correio Braziliense* de 11 de fevereiro de 2014 tratou essa ocorrência pontual utilizando um termo impactante: “selvageria”. A palavra remete à irracionalidade, à animalidade. Não é à toa que o texto do veículo diz que “a selvageria que expulsou das ruas manifestantes pacíficos atingiu o ápice ontem...”, remetendo a uma narrativa que mostra, de um lado, sujeitos “selvagens” que atacam, e, de outro, vítimas “pacíficas” que precisam sair dos protestos para fugir de tal ameaça.



Figura 2: capa do jornal *Correio Braziliense* de 11 de fevereiro de 2014.

- 56 Quando o *Correio Braziliense* (fig. 2) utiliza a palavra “ápice”, ele tenta inserir a presença dos ativistas *black bloc* nas ruas brasileiras em uma narrativa, recorrendo a fatos passados e

realizando uma retrospectiva da atuação do bloco negro – e de suas consequências – para dizer que, mais cedo ou mais tarde, uma tragédia iria ocorrer.

57 A revista *Época* também insere a morte de Santiago em uma progressão linear, destacando a falta de punição para os atos considerados violentos que tinham ocorrido anteriormente. Em 17 de fevereiro de 2014, a publicação traz o seguinte argumento:

Eles [os ativistas] transformaram em meta o vandalismo contra governo, polícia, imprensa, bancos, estabelecimentos comerciais, monumentos – e tudo aquilo que possa estar associado às instituições democráticas. [...] Para interrompê-la, os abusos precisam ser punidos de todos os lados – e eles têm sido pouco castigados, apesar dos muitos flagrantes (*Época*, 2014: 32).

58 As ilustrações foram um elemento discursivo bastante utilizado pelos veículos noticiosos, a fim de construir sentidos específicos sobre o ocorrido com Santiago. Por se tratar de uma morte violenta, as imagens elencadas são fortes e impactantes, e muitas delas mostram o cinegrafista bastante ferido.

59 A manchete do *Correio Braziliense* (fig. 2) traz a expressão *Black Blood* (“Sangue Negro”) e a foto do momento exato em que a cabeça de Santiago é atingida pelo rojão. A palavra *blood* é inscrita em vermelho, por meio de uma grafia e uma estética que se assemelham ao sangue escorrendo. Assim, o bloco deixa de ser negro e passa a ser o bloco do sangue – o mesmo responsável pela explosão que acomete Santiago no registro da foto.

60 Por sua vez, os ativistas e os defensores da tática *black bloc* tentaram inserir a tragédia em um contexto maior, retirando seu aspecto de fato isolado e traçando uma narrativa que evocava outras mortes ocorridas durante os protestos. Para eles, o falecimento de Santiago foi uma fatalidade, inserida em um enredo que continha elementos diversos, como abuso policial, assassinios não esclarecidos e diferença no tratamento das vítimas. Para compor a narrativa, até mortes ocorridas fora do âmbito das manifestações foram lembradas.

61 Vejamos o que a página do Facebook *Black Bloc RJ* publicou no dia em que o falecimento do cinegrafista foi anunciado:

Minhas condolências! Quero deixar minhas condolências à família do repórter cinegrafista da Band, Santiago! Quero também deixar minhas condolências às famílias dos dois protestantes mortos pela polícia que já não lembramos mais os nomes. Quero deixar minhas condolências aos jornalistas, ativistas e transeuntes que ficaram cegos pelas balas de borrachas e bombas da polícia de junho para cá, que já esquecemos os nomes e a quantidade. Quero deixar minhas condolências ao manifestante que desapareceu, e que até hoje, assim como o Amarildo, ninguém sabe do corpo, mas que neste caso, nem há responsáveis ainda. Quero deixar minhas condolências às mulheres de famílias de mortos pela polícia, inocentes que se vão todo ano, somente nas comunidades do Rio de Janeiro! Por fim, quero deixar minhas condolências a esse país, por seu povo ignorante e alienado, que agora discute um caso isolado como se fosse o todo da questão! (*Black Bloc RJ*, 2014)

62 Dias depois, na mesma página, os ativistas também utilizaram recursos discursivos semelhantes para defender sua posição na disputa de sentido. Em uma publicação de 17 de fevereiro de 2014, podemos ver a seguinte mensagem:

Urgente. Descoberto os assassinos do cinegrafista da Band. São as mesmas pessoas que permitem que sejam assassinadas mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil. São as mesmas pessoas que permitem que mais de 50 mil pessoas morram no trânsito caótico no Brasil. São as mesmas pessoas que transformaram a saúde pública do Brasil em um verdadeiro corredor da morte. São as mesmas pessoas que roubam bilhões do Brasil, desviando dinheiro da saúde, educação, segurança, infraestrutura etc. São as mesmas pessoas que através de sua influência, desinformam, tiram a atenção do que realmente está acontecendo no país e iludem o povo a eleger sempre os mesmos políticos (*Black Bloc RJ*, 2014).

63 Por sua vez, e também no “episódio Santiago”, os veículos noticiosos tentaram desqualificar a modalidade de ação direta, ao mesmo tempo em que qualificavam suas próprias posições dentro do embate simbólico. A revista *Época* tenta reafirmar o lugar legítimo que a imprensa ocupa e assim manter a validade do discurso por ela proferido.

Qualquer ataque à imprensa é um ataque a esses olhos, ouvidos e vozes. Quem ataca a imprensa ataca olhos, ouvidos e vozes que trabalham para si próprio, que estendem sua própria visão, sua própria audição e sua própria voz. Quem ataca a imprensa não quer apenas cegar o outro – quer também ficar cego (*Época*, 2014: 31).

64 Deslegitimação ou defesa da verdade do próprio discurso. Categorização ou tentativas de complexificação de rótulos. Reverberação de sentidos instituídos ou questionamento da *doxa*. Muitas foram as estratégias utilizadas na disputa de sentido que envolveu o aparecimento da tática *black bloc* na cena pública brasileira. Isso nos mostra como um mesmo fenômeno, um mesmo dado da realidade, pode convocar diferentes sujeitos e interpelar distintos grupos. A disputa pela posse do discurso apontou para a disputa pelo simbólico, e, conseqüentemente, pelo direito de fazer crer. Tal embate suscitou diferentes respostas e ações, que ora criminalizavam ora defendiam determinada configuração de mundo – além, claro, das nuances intermediárias que tangenciavam e transitavam pelas duas posições.

## Conclusão

65 Frente ao surgimento da tática *black bloc*, narrativas totalizantes já não davam conta de contemplar a multiplicidade do fenômeno e das percepções sobre ele. E foi nesse contexto que nasceu a disputa de sentido em torno da modalidade de ação direta.

66 É preciso registrar que vários sujeitos, ainda que não institucionalizados, fizeram parte da disputa de sentido e proferiram enunciados que ajudaram a fomentar o embate simbólico. No entanto, tornou-se evidente, por sua repercussão, que os papéis de protagonistas ficaram mesmo a cargo dos grandes veículos jornalísticos e dos ativistas da tática *black bloc*.

67 O que buscamos neste trabalho foi mostrar que o conceito de poder simbólico pode se prestar como operador analítico, ao nos ajudar a identificar como os grupos usaram as representações como instrumentos de luta. Para contemplar essa detecção da arma na batalha entre ativistas (e simpatizantes) e grande veículos de comunicação, ou para alcançarmos a construção do simbólico, foi preciso recorrer à análise do discurso, já que as formações discursivas, como vimos em Foucault e Bakhtin, têm natureza social e ideológica e apontam para visões de mundo.

68 Essa busca por espaços de fala revela uma disputa pelo direito ao discurso legitimado. E por que os atores sociais almejavam tanto obter o discurso? Porque, como nos mostra Foucault (2001), ter a posse do discurso é ter também a posse do poder – do poder simbólico, ou, como já definiu Bourdieu, do “poder de constituir o dado pela enunciação” (2012, p. 14).

69 Na luta pela ordem discursiva, emergiram os chamados sistemas de exclusão – que legitimam ou não alguns discursos circulantes. Entre tais sistemas, destacamos a “vontade de verdade” de um discurso, fazendo com que ele dite o que é verdadeiro ou não. Semelhante ao poder simbólico de Pierre Bourdieu, a vontade de verdade em Michel Foucault é velada, passa despercebida e é mascarada pela própria verdade que apregoa:

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (Foucault, 2001: 19-20).

70 No caso analisado, foi interessante perceber os esforços dos principais atores para estabelecerem suas verdades ao longo da disputa de sentido. É preciso destacar que camadas de significação foram sendo adicionadas no desenrolar do acontecimento. Isso mostra o poder ativo dos sujeitos sociais de não comprarem qualquer versão dos fatos, de buscarem novas interpretações, de trazerem novos elementos para sua experiência e de formatarem diferentes apropriações de um mesmo fenômeno.

71 Apesar das inegáveis contribuições de Bourdieu para nossa análise, percebemos certa rigidez na abordagem do autor sobre poder simbólico: de um lado, teríamos as esferas autorizadas (e cristalizadas) para dar sentido ao mundo; do outro, um grupo de agentes sem voz. Bourdieu entende que é necessário derrubar a estrutura legitimada para então obter a posse do discurso. Em nosso entendimento, não negligenciamos o próprio processo de busca pelo direito de fornecer significados. Quisemos ir além de uma perspectiva teleológica e olhar como o próprio percurso podia dizer muito sobre a disputa de sentido e sobre as tensões que envolveram o espectro da ordem discursiva.

72 Na verdade, ao acionarmos tal conceito de Bourdieu, o que buscamos foi identificar uma “guerra de representações”, naturalmente com desequilíbrio entre as partes posicionadas na

arena pública do debate. Antes de mostrarmos a destituição ou não do simbólico, o que nos interessou mais foi um olhar sobre os embates discursivos que fomentaram a disputa analisada e sobre as tentativas de minimização das assimetrias, e ainda a forma como os lugares de fala constituem e são constituídos pela enunciação.

73 Nesse sentido, entendemos que, ao categorizar, ao enquadrar, não queremos considerar o jornalismo simplesmente como uma grande maquinaria manipuladora, a fim de exterminar todos os seus “inimigos”. Também não é suficiente analisar os ativistas sob um olhar de vitimização, como assujeitados sem vez e sem voz. Não foram essa defesa ou essa acusação cega que quisemos realizar, nem tampouco utilizar um referencial teórico poderoso (como o são os pensamentos de Bourdieu, Foucault e Bakhtin) para explicar as ocorrências de seu exterior. O que pretendemos, nesta breve reflexão, foi mostrar que, frente a um acontecimento, estratégias e táticas são utilizadas por diversos atores sociais a fim de fornecer narrativas que deem conta de entender o mundo ao nosso redor.

74 Ocupando um lugar privilegiado de locutor e, via de regra, alinhado ao lado das forças da ordem, o chamado “jornalismo de referência” faz parte dessa coletividade que busca, a todo momento, significar e ressignificar acontecimentos, e que não é imune aos discursos que circulam ao seu redor e o tensionam. O relato jornalístico, como parte integrante do tecido social, está em permanente processo de negociação com os atores implicados nas práticas interacionais comunicativas.

75 No caso estudado, foi interessante acompanhar, nos episódios relatados e em outros tantos, o quanto, em nossos dias, e dada a proliferação de mídias alternativas disponíveis, “discursos oficiais” não monopolizam a esfera pública, sendo permanentemente tensionados por tentativas de diferentes atores de tornar disponíveis outras possibilidades de sentido e outras fontes de inteligibilidade para os acontecimentos vivenciados coletivamente.

76 Por fim, gostaríamos de apontar o valor do papel do simbólico na constituição da relação. O jogo de representações a respeito de uma tática específica revelou as tentativas de ajustamento dos atores sociais no momento das interações comunicativas no espaço midiático. No tabuleiro com distintos quadros de sentido, os sujeitos (ora em papéis de reis, ora como meros peões) moveram suas peças, ajustaram os atos de enunciação e tentaram demarcar seus lugares de fala como legítimos, almejando à grande jogada final: a dimensão do simbólico, ou, em outras palavras, os elementos que dão sentido ao mundo compartilhado por cada um de nós.

---

### **Bibliografia**

- Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes.
- Bakhtin, M. et al. (1979). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Berger, C. (2003). *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS.
- Bourdieu, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (2012). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Certeau, M. (2000). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Dupuis-Déri, F. (2014). *Black Blocs*(trad. Guilherme Miranda). São Paulo: Editora Veneta.
- Época. (2014). São Paulo: Editora Globo, n. 820, 17 de fevereiro: 29-58.
- Foucault, M. (2001). *A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Editora Loyola.
- Hall, S. (1997) The work of representation. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Representation. Cultural representation and cultural signifying practices*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage/Open University.
- Ludd, N. (2002). *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.
- Manhães, E. (2005) Análise do discurso. In: Duarte, J.; Barros, A. (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas: 305-315.



Marcus, G.; Fischer, M. (1999). *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in human sciences* (2. Ed). Chicago: University of Chicago Press.

Veja. (2013). São Paulo: Editora Abril, n. 2.335, 21 de agosto: 72-79.

### **Bibliografia Online**

Black Block RJ (2014). Facebook. Disponível em <[www.facebook.com/BlackBlocRJ](http://www.facebook.com/BlackBlocRJ)>. (Consultado a 1 de dezembro de 2014).

---

### **Notas**

1 O conceito de campo é central no pensamento de Pierre Bourdieu. Em linhas gerais, pode ser definido como um espaço estruturado por diferentes posições sociais e espécies de poder (capital), regras próprias e relativa autonomia com relação a outros campos. Não se trata de um espaço neutro, mas um palco de jogos de disputas. Exemplos: campo literário, científico, religioso, etc. Para mais, ver Bourdieu (2012: 59-73).

2 Para mais, recomendamos a leitura de Alsina (2009).

3 Conteúdo publicado na rede social *Facebook*. Tanto a publicação quanto a página não estão mais disponíveis na plataforma.

4 Entrevista concedida por e-mail às autoras.

---

### **Para citar este artigo**

#### Referência eletrônica

Vera França e Raquel Dornelas, « O *black bloc* na mídia: embates discursivos na luta pela construção do simbólico », *Comunicação Pública* [Online], Vol.11 n° 20 | 2016, posto online no dia 30 Junho 2016, consultado o 16 Setembro 2016. URL : <http://cp.revues.org/1146> ; DOI : 10.4000/cp.1146

---

### **Autores**

#### **Vera França**

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil  
Morada para correspondência:  
R. Beija-Flor Dourado, 265  
30.750-610 - Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil  
[veravfranca@yahoo.com.br](mailto:veravfranca@yahoo.com.br)

#### **Raquel Dornelas**

Universidade Vila Velha, Brasil  
[raqueldornelas@gmail.com](mailto:raqueldornelas@gmail.com)

---

### **Direitos de autor**

---

Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

### **Resumos**

O objetivo deste artigo é analisar a disputa de sentido que se instaurou em torno da tática *black bloc* a partir de seu aparecimento na cena pública brasileira, durante a onda de protestos que ficou conhecida como “Jornadas de Junho”, em 2013. A prática suscitou um intenso debate dentro e fora do ambiente midiático, que visou atribuir um sentido às ações: ora tachadas como baderna, ora legitimadas como ato político. Para entender essa luta por representações, elencamos fragmentos discursivos de momentos ilustrativos da disputa de sentido que serão analisados sob a metodologia da Análise do Discurso. A intenção é identificar como grupos

antagônicos acionaram distintas representações como instrumentos de luta para afirmação ou destituição do poder simbólico – conceito que será trabalhado à luz de Pierre Bourdieu.

## **Black bloc on media: discursive battles in the construction of symbolic meaning**

The aim of this study is to analyze the dispute of meaning about the black bloc tactic since its appearance in the Brazilian public scene, during the wave of protests that became known as “June Journeys”, in 2013. Until then, the practice was little-known by the population, and led to an intense debate inside and outside the media environment in order to assign a meaning to the actions: sometimes labeled as vandalism, sometimes legitimized as a political act. To understand this battle for representation, we gathered several discursive fragments which illustrate the dispute of meaning, and examined them under the methodology of Discourse Analysis. The goal was to identify how antagonistic groups borrowed distinct representations as instruments of affirmation or dismissal of symbolic power – a concept we use in the light of Pierre Bourdieu.

### ***Entradas no índice***

***Palavras-chave*** : black bloc, poder simbólico, discurso, disputa de sentido, jornadas de junho

***Keywords*** : black bloc, symbolic power, discourse, dispute of meaning, june journeys

### ***Notas da redacção***

Recebido: 30 Dezembro 2015

Aceite para publicação: 14 Março 2016